

# Governos devedores em “ação conjunta”

21 MAI 1987

Ainda Externa

por Norton Godoy  
de Brasília

Os governos de países latino-americanos com alto grau de endividamento — Argentina, Brasil, Colômbia, México e Venezuela — estão mantendo entendimentos para uma ação conjunta, a ser protagonizada por seus presidentes, para propor aos países credores uma negociação política, que defina parâmetros mais brandos para o equacionamento de suas dívidas.

Essa ação poderá dar-se ou por meio de uma conferência de cúpula ou por manifestações simultâneas dos chefes de Estado desses países, segundo informou a este jornal o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, na sexta-feira. Dois embaixadores latino-americanos em Brasília, consultados por este jornal, igualmente disseram que tem havido contatos freqüentes nesse sentido entre as Chancelarias.

Ainda não foi definida uma data para essa ação conjunta, mas Saraiva Guerreiro não descarta a possibilidade de que ela

ocorra antes da reunião dos governantes das sete potências em Londres (ver matéria abaixo), marcada para o próximo dia 6 de junho. "É possível uma tomada de posição conjunta dos governos devedores, bem entendida como uma ideia negociadora, pois ninguém está pensando em deixar de pagar", afirmou. Há uma grande preocupação com os efeitos sociais, políticos e de segurança com a aplicação dos parâmetros atuais das negociações sobre as dívidas.

De acordo com o chanceler, pretende-se levar aos países credores propostas que envolvam melhora nos critérios relativos a condições, prazos, juros e "spreads". "As áreas a mexer estão aí." A negociação, pela via política, desses parâmetros, disse, é muito difícil, porque requer mudanças das regras. "Os governos industrializados não podem fazer muito, porque estão presos a essas regras e também porque há falta de liderança política do Executivo para uma ação eficaz junto ao seu Legislativo", afirmou.

Mas é justamente no nível político que cabe uma coordenação para mudar as normas. "É o que temos procurado fazer, como foi o caso mais recente da Conferência Econômica Latino-Americana, em Quito, na qual houve uma tentativa de persuasão sobre os problemas sociais e políticos que advêm da aplicação estrita dos parâmetros dos ajustes." Para o chanceler, trata-se, em suma, de definir formas que não atinjam certos limites, a partir dos quais "o próprio remédio possa matar o paciente".

Os países devedores, disse, têm dado mostras de preocupação em manter a credibilidade, não obstante os pesados sacrifícios. No entanto, acrescentou, há uma frustração com a imprevisibilidade, particu-

larmente quanto à alta dos juros. "Não podemos continuar assim. Todos os alertas que se têm levado aos governos credores enfocam o problema no plano político, em que há um vínculo com os esforços de institucionalização da democracia." No caso específico do Brasil, disse o chanceler, não se pode deixar de aproveitar o bom relacionamento político mantido com todos os governos credores. E que isso não se restringe ao atual governo do presidente João Figueiredo. "O governo que vier, seja qual for, não vai renegar a dívida e, mesmo que adote colorações diferentes, manterá a essência do que tem sido nossa ação externa. A credibilidade não será afetada."

Saraiva Guerreiro traduz toda a manifestação coordenada que tem sido feita entre os devedores latino-americanos como uma "campanha". Uma ação conjunta dos presidentes desses países seria um desdobramento lógico dessa campanha. "Não queremos nada que implique não pagar", reiterou. Mas a instabilidade quanto à fixação dos juros e "spreads" tem um efeito similar ao da "gota d'água num copo cheio". Lembrou que na Bolívia e na República Dominicana "a corda já está arrebentando".

O chanceler brasileiro comparou a situação de hoje com a da Europa nos anos 30, quando houve queda de produção, ascensão de Hitler na Alemanha e o surgimento da frente popular na França. Como há um indubiatável anseio das sociedades dos países devedores para que se resolva rapidamente essa situação, é preciso dar uma expressão a esses anseios, com uma manifestação de seu maior representante, ou seja, o presidente, disse Guerreiro.